



## **“Novas mediações para um debate necessário: território, política social e Serviço Social”**

ABREU, M. H. E. *Território, Políticas Sociais e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo*. São Paulo: Papel Social, 2016.

**Thaís Lopes Cortes\***

O Serviço Social é uma profissão circunscrita na divisão social e técnica do trabalho que atua diretamente com as expressões da “questão social”, em suas múltiplas manifestações (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983). Portanto, diferentes são as áreas de estudos e de intervenções a que a categoria profissional se dedica. Dentre as preocupações que se inserem enquanto objeto de estudo desses profissionais, tem-se a questão urbana. Desse modo, Maria Helena Elpidio Abreu nos presenteia em 2016 com o livro “Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo”, resultado da sua tese de doutoramento, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ).

O livro traz um salto inovador à produção bibliográfica sobre um tema tão importante para todos aqueles que cotidianamente atuam na materialização das políticas sociais territorializadas e que até então não havia sido estudado com profundidade por literatura especializada. Seu objetivo é o de apreender a lógica em que se dá o uso da territorialização nas políticas sociais de assistência e de habitação de interesse social. Para tanto, elenca a categoria território como central para sustentar os quatro capítulos de seu livro, no qual se dedica à análise histórica e teórico-metodológica sobre a categoria.

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. *Correspondência*: Rua São Francisco Xavier, 524, bl. D, sl. 9002 – Pavilhão João Lyra Filho – Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-013. *E-mail*: <thaislopescortes@gmail.com>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1274-6921>>.

A autora reúne na metodologia escolhida, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com ênfase na análise da categoria território presente nos grandes documentos orientadores das políticas sociais durante os governos Lula e Dilma (2003 – 2013), além de se debruçar na investigação sobre quais são as principais tendências teórico-metodológicas utilizadas pelo Serviço Social em artigos, periódicos, livros, dissertações e teses.

Ao tentar compreender a totalidade em que se insere o seu objeto, a autora realizou mediações que permitiram uma análise mais aprofundada. Desse modo, um dos pontos fortes do livro consiste no fato de ter interpretado a relação do território com a crise do capital e com a adoção das medidas propostas pelo Banco Mundial na materialização das políticas sociais, que passaram a ser sustentadas pelo eixo da territorialização.

De modo distintivo a autora nos brinda com a análise das consequências da focalização das políticas sociais em territórios, chamando a atenção do leitor para o que disso emerge. Nessa perspectiva demonstrou o agravamento das expressões da “questão social” e dos aviltamentos a que são expostas as classes subalternas, especialmente no Brasil, onde os impactos da crise do capital e dos cortes orçamentários foram mais severos, por se tratar de um país de desenvolvimento desigual e combinado.

Do seu comprometimento com o método utilizado na elaboração da pesquisa, a autora nos transporta a uma aproximação ao debate da categoria território a partir da tradição marxista clássica e contemporânea, fundamentada em clássicos internacionais como Marx, Engels (2010), Lenin (2010), Wood (2010 e 2014), Harvey (2003, 2006, 2008, 2009, 2011 e 2013) e Lefebvre (1973, 1999, 2001, 2006 e 2008), dentre outros, a fim de estabelecer quais são os principais consensos e descensos.

Isto posto, é fundamental destacar que a autora compreende o território como parte do processo de materialização histórico-social da realidade, cujo significado representa a dimensão espacial na qual se dá o processo de reprodução das relações sociais. Assim, a luz do pensamento crítico, sustenta a tese da relação entre o território e o modo de produção capitalista. E, por isso, se dedicou a analisar a dinâmica capitalista, especialmente no que se refere a ocupação do espaço e a renda fundiária, favoráveis ao processo de acumulação do capital. Dessa compreensão, se apropriou de outras categorias como valor-de-uso, valor-de-troca e renda fundiária, que foram fundamentais para aclarar a sua percepção sobre o território, as políticas sociais e o Serviço Social.

Em contexto de crise do modo de produção capitalista, tem-se a racionalização do capitalismo, evidenciando a sua irracionalidade e os seus lastros destrutivos. Há uma potencialização da exploração do território, de seus recursos e da sua força de trabalho, para a criação de novos nichos, a fim de atender as demandas imediatas do capital, como a da circulação de novos mercados, que contribuem para postergar os efeitos da crise do capital.

De forma similar, a categoria território é pensada como estratégia do novo desenvolvimentismo nas diretrizes dos governos do Partido dos Trabalhadores para retardar os efeitos deletérios da crise do capital. Nessa ocasião as políticas sociais passaram a atender as proposições neoliberais expressas no Consenso de Washington. Isso contribuiu para a prevalência da contrarreforma do Estado, que expressa políticas focalizadas e seletivas.

Por este ângulo é notório que as políticas sociais representam a lógica da mercantilização, da privatização e da financeirização da “questão social”. Por meio da ação regulatória do Estado, busca-se a garantia e a ampliação do modo de produção capitalista, construindo bases cada vez mais sólidas para a dependência da venda da força de trabalho em condições de subexploração, de forma precarizada, destituída de direitos sociais, para que as classes subalternas possam (r)existir no processo de reprodução das suas relações sociais no capital imperialismo. O que torna indiscutível o elevado grau de barbárie, que é imposto, especialmente às classes que vivem do trabalho.

Quando não é mais possível que os sujeitos consigam se reproduzir apenas por meio da venda da sua força de trabalho, o Estado vai intervir por meio das políticas sociais, a fim de buscar combater a pobreza, a violência e a gerar a ampliação do consumo. E é nesse embate que desde a Constituição Federal de 1988, com a instauração da seguridade social, que temos a descentralização político administrativa, com a divisão das atribuições entre os entes-federados, tendo como prerrogativa a lógica do território, por meio da municipalização e regionalização das políticas sociais.

A perspectiva na qual as políticas sociais são materializadas corroboram para que elas se tornem marcadas pelo regionalismo. Nesse ponto, Elpidio tece uma crítica a esse modelo marcado pelo neodesenvolvimentismo, uma vez que contribuiu para a fragmentação e setorialização das políticas sociais, que não atendem as reais demandas dos setores subalternizados da sociedade, além de contribuir para a manutenção de governos populistas. Assim, tem-se uma despolitização da “questão social”, bem como o enfraquecimento da organização da massa de trabalhadores.

Nesse seguimento, Elpidio tece considerações sobre a tragédia ou sobre a farsa na qual se insere o novo desenvolvimentismo presente na lógica do território adotada pelos documentos normativos das políticas sociais brasileiras, de cunho social liberal. É necessário afirmar que a autora compreende o novo desenvolvimentismo como uma alternativa dos países periféricos para a superação da crise do capital. Ou seja, há uma restrição dos investimentos para o enfrentamento das expressões da “questão social”, ao mesmo tempo em que busca por meio das políticas sociais potencializar a economia dos territórios.

O grande salto que a autora dá na sua tese e que posteriormente foi sendo incorporado por outros pesquisadores do Serviço Social e de outras áreas do conhecimento, é o de conceber o território enquanto uma

alternativa para a expropriação dos direitos das classes subalternas, uma vez que contribui para uma seletividade da pobreza, que abarca somente os segmentos mais pauperizados da sociedade.

Ao estudar os documentos de sustentação das políticas sociais de assistência social e de habitação dos governos petistas, constatou que o novo desenvolvimentismo adotado no Brasil, contribuiu para que as políticas sociais de caráter liberal tenham como objetivo central, a partir da lógica territorial, ser um instrumento de favorecimento dos interesses macroeconômicos do capital. Constituindo-se, portanto, enquanto medidas anticíclicas às crises do capital, para o controle da pobreza de forma imediata, que atua na perspectiva de retardar os efeitos da crise do capital no país, uma vez que potencializa a economia por meio da transferência de renda, que aumenta o poder de compra dos setores subalternos.

A partir dos dados da pesquisa, a autora destaca que o território vem sendo pensado a partir do viés funcionalista e positivista para a gestão, administração e controle dos riscos e das vulnerabilidades sociais. Mas apesar das contradições que prevalecem na lógica social liberal adotada no país, é necessário destacar a relevância que Elpidio atribui a relação entre território e “questão social”. Para ela, se a territorialização fosse pensada de forma crítica, seria possível aclarar a especificidade de cada território, contribuindo para que de fato, mudanças substanciais pudessem ocorrer. Entretanto, a lógica mercadológica que está por trás da territorialização das políticas favorece expressivamente o capital, aprofundando a racionalidade gerencial do Estado, ao mesmo tempo em que transfere a sua responsabilidade para o terceiro setor e para a sociedade civil.

A necessidade de apurar de forma mais contundente a relação entre o território, as políticas sociais e o Serviço Social, fez com que a autora realizasse uma pesquisa sobre as produções bibliográficas que foram produzidas durante 2003 a 2013, a fim de identificar quais são as principais tendências teórico-metodológicas abordadas na compreensão da categoria território. E esta é uma das grandes colaborações que o livro traz a todos que se dedicam a estudar o território, sobretudo, para os que estão na fase inicial de suas pesquisas, uma vez que permite aclarar quais são e de que clássicos partem as perspectivas teóricas produzidas.

Além disso, o estudo evidenciou a fragilidade teórico-metodológica de algumas das pesquisas bibliográficas analisadas, dado que partem de análises tecnicistas, marcadas pelo sincretismo, pelo ecletismo e pelo caráter polissêmico da profissão. Desse modo, a autora ao delinear as perspectivas teóricas, os limites e as possibilidades que são dados aos estudiosos do tema, abre caminhos para que pensemos novos objetos de estudos que possam subsidiar novas mediações, além do lócus clássico da intervenção profissional.

A autora demonstra como uma das possibilidades a urgência de pensarmos o território e a sua relação com a mundialização do capital e a

sua crise. Portanto, o livro nos convoca à apuração do território a partir de novas mediações que podem ser alcançadas por meio do aprofundamento teórico e metodológico disponível a partir do escopo por ela deixado. Nesta congruência, será possível evidenciar a forma degradante e bárbara do capitalismo contemporâneo, e, quem sabe, nos permita buscar estratégias de enfrentamento das expressões da “questão social” a partir dos interesses das classes subalternas.

## Referências

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

DOI: 10.12957/rep.2019.42548



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.